



ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO E MERCANTILIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

*HIGHER EDUCATION IN BRAZIL:
EXPANSION AND MERCANTILIZATION IN CONTEMPORARY*

Ana Paula Ferreira Agapito ¹

RESUMO

A proposta metodológica adotada no artigo se apóia na perspectiva histórica e crítico-dialética. Segundo Marx (1996), a história é formada por continuidades e descontinuidades, onde as sociedades desenvolvidas são ponto de partida para entender as sociedades menos desenvolvidas, considerando as determinações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que as interligam. O artigo objetiva compreender os determinantes da crise do capital e as saídas impostas em detrimento das políticas sociais. Entende-se que a política educacional brasileira, sobretudo no ensino superior, vem passando nas últimas décadas por um processo intenso de privatizações em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas. Portanto, este artigo consiste num debate teórico que contribuirá para o desenvolvimento de futuras reflexões sobre as demandas contemporâneas para a política de educação no Brasil, em face da expansão e mercantilização do ensino superior.

Palavras-chave: Estado. Contrarreforma. Educação. Expansão. Mercantilização.

ABSTRACT

The methodological proposal adopted in the article is based on historical and critical-dialectical perspective. According to Marx (1996), history is formed

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Bacharel em Serviço Social e Especialista em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Patos (FIP).

by continuities and discontinuities, where developed societies are the starting point for understanding less developed societies, considering the social, economic, political and ideological determinations that interconnect them. The article aims to understand the determinants of the capital crisis and the exits imposed to the detriment of social policies. It is understood that the Brazilian educational policy, especially in higher education, has been going through the last decades by an intense process of privatizations to the detriment of social and labor rights. Therefore, this article consists of a theoretical debate that will contribute to the development of future reflections on contemporary demands for education policy in Brazil, due to the expansion and commercialization of higher education.

Keywords: State. Counter Reformation. Education. Expansion. Commodification.

Submissão - 30/08/2016

Aceite - 13/01/2017

Introdução

O presente artigo consiste numa reflexão teórico-metodológica que visa colocar em debate as configurações da política de educação brasileira no processo histórico, dando ênfase a expansão e mercantilização do ensino superior. Nesse sentido, buscamos promover uma análise crítica referente à conjuntura atual da política de educação para o ensino superior brasileiro.

O processo de mercantilização da política de educação brasileira, iniciado no contexto dos anos 1964, foi conduzido pela lógica de abertura para a iniciativa privada na oferta de serviços educacionais, baseando-se num discurso da qualidade, facilidade e praticidade. No contexto dos anos 1960 a 1970, consolida-se o processo de crise do capital e definição de estratégias para recuperação de suas taxas de lucro. Tais estratégias rebatem diretamente na organização do mundo do trabalho e nas políticas sociais dos países. Esta crise, de acordo com Mészáros (2011), afetará os países centrais e periféricos em decorrência da “ativação dos limites absoluto do capital”.

Diante do exposto, compreende-se que os anos 1990 no Brasil, marcado pela consolidação do neoliberalismo e implementação da contrarreforma do Estado, acarretaram em implicações para as políticas sociais, dentre estas a política de educação, especialmente para o ensino superior. Estas implicações continuam repercutindo na contemporaneidade.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já eivada das orientações neoliberais, favoreceu consideravelmente a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores. São definidas diretrizes gerais para os cursos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, estabelecendo um patamar comum, assegurando flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino. A regulamentação da LDB intensificou a reforma do ensino superior brasileiro, expressando a correlação entre Estado e sociedade civil num contexto de ajustes neoliberais em consonância com as orientações e acordos firmados com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Recuperar esses aspectos historicamente determinados é indispensável para compreensão da expansão e mercantilização da política de educação brasileira e os rebatimentos para o ensino superior.

1 Projeto de educação no Brasil: breves apontamentos sobre o contexto dos anos 1960 A 1990

O período da ditadura militar, no Brasil, é considerado a fase expansionista das políticas sociais, dentre elas a política de educação. Deu-se início a um projeto de educação que transforma as universidades brasileiras em “escolões tecnocráticos”, em virtude dos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID). Neste acordo, propunha-se uma política educacional privatista, voltada para uma formação tecnicista fundamentada nas demandas do mercado de trabalho em nível mundial. Cabia as universidades submeterem-se as orientações dos consultores estadunidenses, priorizando a área das Ciências Naturais e Exatas, pois os empresários nacionais e estrangeiros demandavam uma mão de obra qualificada.

Segundo Iamamoto (2000), a política educacional, adotada nos anos 1960 a 1970, resultou em desmonte do ensino público de primeiro e segundo grau, favorecendo o surgimento e ampliação de escolas privadas, além das reformas privatistas e mercantilizantes do ensino universitário. Registra-se nesse período a emergência das Licenciaturas de curta duração, cursos profissionalizantes e exclusão da matéria Filosofia do Ensino do Segundo Grau, reforçando assim, os interesses do capital mundial.

Vale mencionar que o projeto ditatorial, no Brasil, deparou-se com resistências dos movimentos sociais, professores e estudantes que defendem a educação pública de qualidade, os direitos humanos, civis e políticos. Esse movimento de resistência continuará sendo percebido no contexto dos anos 1990 em decorrência da ofensiva neoliberal que estabelece medidas de privatização dos órgãos estatais e redução dos investimentos públicos nas políticas sociais, dentre estes cita-se: implementação de programas que abrem o espaço das universidades públicas (federais e estaduais) para entrada de capitais privados, através do financiamento de pesquisas científicas e também, a desestruturação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos docentes e dos funcionários administrativos.

Destaca-se que a educação superior na América Latina, na transição do final século XX para a entrada do século XXI, vem sendo atingida pelas reformas neoliberais que impulsionam a mercantilização da educação e a redução da intervenção do Estado, especialmente com os cortes orçamentários na política educacional. De acordo com Correia (2014)², as reformas transformam a política de educação em negócio rentável e dificultam o desenvolvimento de um ensino em unidade com a pesquisa e a extensão numa perspectiva crítica e autônoma.

As políticas educacionais são permeadas por uma lógica mercantil e de desmonte da educação pública, gratuita e de qualidade. No tocante a realidade brasileira, desde os anos 1990, a discussão e elaboração da Política Nacional de Educação (PNE) resultou na proposição de dois projetos antagônicos³. O primeiro projeto contou com a participação das entidades científicas, sindicais, estudantis e movimentos sociais, representando assim, uma construção democrática que correspondia à concepção de educação pública, gratuita e de

2 Nestor Correia, dirigente da Associação Docente da Universidade de Buenos Aires (AGD-UBA) e membro do Conselho Fiscal da Federação Nacional de Docentes, Pesquisadores e Criadores Universitários (Conadu – Histórica).

3 O projeto da Câmara foi debatido durante meia década por praticamente todos os que lidam com educação no país. Mas, nesse esforço de negociação, acabou incorporando interesses corporativos de forma semelhante à Constituição de 1988, como a indicação dos membros do Conselho Nacional de Educação por entidades de professores e estudantes. Já o projeto de Darcy Ribeiro, um texto mais breve, foi elaborado por ele mesmo e por alguns técnicos do Ministério da Educação. Com o intuito de eliminar esses interesses, também suprime certas conquistas, como o plano de carreira do magistério e combate a autonomia financeira e patrimonial de instituições públicas de ensino. (GADOTTI, 1997, p. 12).

qualidade. Já o segundo projeto representava a proposta do mercado, incorporada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que foi aprovada no final dos anos 2000.

Segundo Lima (2013), a expansão da educação superior no final do governo FHC pode ser observada por dois mecanismos importantes. O primeiro refere-se aos dados do Censo da Educação Superior (2002), no qual fica evidente que o número de ingressantes no ensino superior foi predominante nas IES privadas (1.090.54) em relação às IES públicas (320.354). No tocante ao segundo mecanismo, destaca-se a privatização das universidades públicas federais, por meio do estabelecimento de parcerias com empresas (realização de cursos, consultorias e assessorias), oferta de mestrados profissionalizantes, bem como de cursos de curta duração, provenientes dos programas de extensão.

Nesta mesma perspectiva, Souza (2002) destaca que no governo de FHC, as demandas industriais foram priorizadas e estabeleceram-se novas configurações para as políticas educacionais condizentes com as exigências do avanço da base científica e tecnológica do trabalho. O programa deste governo será determinante na efetivação do conjunto de reformas nas políticas sociais, principalmente educacionais, voltadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, aliando-se prioritariamente aos interesses econômicos dos países de capitalismo central. Dessa forma, caberá a política de educação a efetivação de ações direcionadas para a qualificação dos trabalhadores estrategicamente articulada às demandas do capital.

As contrarreformas que ocorreram na política de educação, através da aprovação e implementação da LDB implicaram em: redução da intervenção do Estado na educação básica; abertura e flexibilização para o capital privado executar a política de educação básica e superior; fragmentação da estrutura e atribuições do Sistema Nacional de Educação (SNE), desregulamentação dos direitos trabalhistas do professor e demais carreiras pertencentes à educação, desestruturação das políticas educacionais para a educação infantil, jovens e adultos e abertura para criação de faculdades cujo objetivo é apenas o ensino.

No capítulo IV, artigo 43 da LDB, são definidas diretrizes gerais para os cursos de ensino superior das IES públicas e privadas, estabelecendo um patamar comum, assegurando flexibilidade, descentrali-

zação e pluralidade no ensino. Entende-se que neste artigo são asseguradas diretrizes que favorecem a participação do capital privado na oferta de serviços educacionais. (BRASIL, 1996).

Por meio da contrarreforma do Estado brasileiro, a partir dos anos 1990, as políticas sociais passam a ser “nichos” de lucro e rentabilidade do capital, dentre estas, destacamos a política educacional, que vem sendo utilizada como meio de valorização do capital. Nesse sentido, Mészáros (2011) destaca que as reformas nas práticas educacionais da sociedade vigente são ajustes indispensáveis nos momentos de crise do capital, pois tentam ocultar as deformações do sistema, que se expressam na produção e reprodução das relações sociais.

A contrarreforma do Estado brasileiro traz as seguintes implicações para o ensino superior: expansão da privatização da oferta de cursos; liquidação da relação ensino/pesquisa/extensão; concepção das universidades de forma operacional e pragmática; submissão das atividades acadêmicas a lógica do mercado/capital e a autonomia das universidades canalizada para a administração dos recursos financeiros necessários para a manutenção da vida acadêmica.

2 Novas configurações e flexibilização nas modalidades de ensino superior

Com a aprovação da LDB, ocorreu uma flexibilização nas modalidades de ensino em decorrência da abertura e veiculação de programas de ensino a distância. Tais programas são regulamentados pelo Decreto nº 2.494/1998 e pela Portaria nº 301/1998 do MEC, nos quais as instituições públicas e privadas de ensino, bem como as fundações sem fins lucrativos e/ou de direito privado, serão responsáveis pela oferta da educação a distância nas áreas de educação, ciência, tecnologia, arte e cultura através da utilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos.

A expansão e diversificação do sistema de ensino superior, conforme Boschetti (2000), alicerça-se na justificativa de que a demanda de matrículas no ensino superior ultrapassa a oferta de vagas nas IES públicas. Outro aspecto importante, diz respeito à flexibilização das formas de seleção (vestibulares). Assim, é indispensável para o conjunto de reformas do ensino superior que o MEC materialize as seguintes inovações: aprovação da abertura de novos cursos, amplia-

ção dos tipos de IES (exemplo: criação do Centro Universitário)⁴, diversificação das modalidades de cursos tidos como de formação superior, flexibilização das formas de ingresso na universidade (Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), e reconhecimento legal do ensino a distância na graduação.

Em relação ao ensino superior a distância na graduação, constitui-se uma modalidade lucrativa para o setor privado, pois possui baixo custo de manutenção e atrai um público consumidor que historicamente teve a força de trabalho subsumida pelas determinações da acumulação capitalista.

O cenário atual do ensino superior brasileiro vem demonstrando a prevalência dos objetivos econômicos e políticos do grande capital em detrimento da autonomia e produção científica das universidades públicas. Destaca-se que esta produção científica é submetida a programas de avaliação que visam analisar quantitativamente o desempenho técnico das unidades acadêmicas, ou seja, não há preocupação com o aspecto qualitativo da atividade intelectual acadêmica.

De acordo com Chauí (1999), o que se consolida na contemporaneidade é a expansão da oferta de serviços privados na área da educação e, por outro lado a oferta e o acesso a educação enquanto direito público, gratuito e de qualidade estão sendo reduzidos. No tocante as Universidades, observa-se a consolidação do papel de “universidade operacional”, que garante a formação de profissionais para as demandas do mercado e preocupa-se essencialmente com gestão, planejamento, previsão, controle e desempenho da estrutura organizacional, resultando na desvalorização do trabalho docente, aceleração da produção do conhecimento científico e em desafios/limites para assegurar a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Dessa forma, a função da “universidade operacional” caminha para um processo de distanciamento da formação superior comprometida com o despertar do pensamento crítico nos indivíduos.

Os recursos públicos destinados à melhoria da qualidade cien-

4 Boschetti (2000, p. 86) nos esclarece que o Centro Universitário é uma modalidade de instituição criada pelo MEC que dá as IES privadas o mesmo nível de autonomia das universidades públicas para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, bem como desenvolver pesquisa e extensão. Cabe ao Conselho Nacional de Educação a análise e parecer dos processos de alteração da estrutura organizacional das IES privadas solicitantes.

tífica são investidos em projetos vultosos e ambiciosos, os profissionais são mal remunerados, com suas carreiras ameaçadas e a estrutura física e os equipamentos são precários e os discentes de graduação e pós-graduação convivem com números insuficientes de bolsas para o desenvolvimento de pesquisas, precarização das estruturas acadêmicas (laboratórios, bibliotecas, etc.), dificultando assim, a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão.⁵

Os gastos com a dívida pública brasileira, especialmente nas últimas décadas, tornaram-se um determinante principal de desmonte das políticas sociais. Segundo Maria Lucia Fattorelli⁶, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, no dia 17 de setembro de 2012, afirma que 42% do orçamento federal do ano de 2013 foram destinados ao pagamento da dívida pública. Dos 2.140 trilhões de reais arrecadados em função de impostos, 900 bilhões de reais foram gastos com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto para a Educação estava previsto apenas 71,7 bilhões de reais. Esses dados demonstram a opção dos governos brasileiros no uso do fundo público na financeirização do capital em detrimento da garantia dos direitos sociais, dentre eles, a educação. O problema não está na ausência de recursos, pois o governo brasileiro vem batendo recordes de arrecadação, e sim nas prioridades dos gastos públicos. (FATTORELLI, 2012).

Neste ambiente econômico e político, a educação, enquanto direito social, está sendo transformada - cada vez mais - em serviço privado e a universidade pública se depara com implicações que fragilizam a formação com reflexão crítica, passando paulatinamente a ser operacional, produtiva e flexível para atender, essencialmente, a lógica do capital.

A lógica de mercado está atingindo o seu grau máximo de acumulação do capital em virtude da concentração dos grandes capitais em monopólios na oferta de ensino superior em instituições privadas, principalmente nos países subdesenvolvidos.

5 Em janeiro deste ano o governo federal já havia cortado 1/3 da verba do MEC, sem consulta à comunidade de professores e cientistas e sem aviso prévio, medida autoritária que deixou em cheque a CAPES, assim como todas as universidades federais, centros de pesquisa, colégios técnicos e outras instituições de ensino. No mês de julho, a CAPES, instituição ligada ao Ministério da Educação (MEC), comunicou a redução em 75% dos recursos destinados a manutenção dos programas de Pós-Graduação, Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP). (FATTORELLI, 2012).

6 Auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida.

Nesse sentido, compreende-se que na política educacional, assim como nas demais políticas sociais, estão presentes interesses divergentes de classes. O Estado programa métodos de ensino que corroboram com as correntes ideológicas da classe dominante, pois visam adaptar os indivíduos as normas da sociedade vigente, impossibilitando o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre a realidade na qual estão inseridos.

No que diz respeito ao governo Lula (2003-2010), observa-se uma intensificação da expansão da oferta da educação superior e implementação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos⁷ que viabilizaram o aumento do número de matrículas no ensino superior nas IES públicas e manteve o crescimento de IES privadas. Tais informações podem ser constatadas no Censo da Educação Superior de 2008, no qual o número de IES (públicas e privadas) perfaz um total geral de 2.251, sendo apenas 10,4% (235) públicas e sua esmagadora maioria, 89,6%, corresponde as IES privadas (2.016). (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Em relação ao governo Dilma, o Censo da Educação Superior de 2013 demonstrou que no período 2012-2013, o número de matrículas nas IES privadas (presencial e a distância) perfazem um total de 5.373.450. E a quantidade de matriculados nas IES públicas (presencial e a distância) representou um total de 1.932.527. Os cursos a distância já contavam com uma participação de 15,8% na matrícula de graduação. Estes dados evidenciam a lógica de expansão do ensino superior com investimento do capital privado. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

As áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito estão em 1º lugar com 2.958.690 alunos matriculados, seguido das áreas de Educação com 1.371.767; Engenharia de Produção e Construção com 1.017.328; e a área de Saúde e Bem-Estar Social com 984.769. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013). Entende-se que o aumento do número de matrículas nessas áreas é proveniente da emergência e ampliação dos programas governamentais implementados nos governos do PT, especialmente na área de Assistência Social, de Construção Civil e da Agricultura Familiar.

⁷ Ver referência de LIMA (2013, p. 20). Quadro 1 – Principais ações do governo Lula da Silva na política de educação superior.

3 Expansão e mercantilização do ensino superior

A expansão da educação superior faz parte do conjunto de metas acordadas entre o governo brasileiro, Banco Mundial e FMI, resultando na implantação dos seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁸; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)⁹; o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹⁰ e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Os anos 2000 marcam o período de implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹, adotando uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público através do aumento da oferta de vagas e criação de programas sociais que possibilitam a permanência dos discentes no ensino superior. Após a implantação desse programa, inicia-se um processo de expansão da estrutura física, acadêmica, pedagógica e institucionalização da pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* na rede federal de educação superior. No entanto, as ações executadas não correspondem à realidade das universidades que convivem com recursos limitados para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão; ausência de concursos públicos para ampliação do quadro docente; contratação temporária de profissionais para o exercício da docência (professor substituto); os professores e técnicos administrativos são mal remunerados; estrutura física/equipamentos precários; quantidades de bolsas insuficientes para a pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, entre outras.

8 O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi institucionalizado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. (PROUNI, 2017).

9 O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em IES privadas (presencial e a distância) que tenham avaliação positiva do MEC. (FIES, 2016).

10 A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior na modalidade a distância para professores, dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica, que têm dificuldade de acesso à formação universitária presencial. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

11 O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007 com o principal objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. (REUNI, 2016).

A UAB foi criada por meio do Decreto n. 5.800/2006 com a finalidade de “[...] ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância”, para professores da educação básica, gestores e outros profissionais da educação básica. No entanto, esta modalidade de ensino que utiliza metodologias e tecnológicas inovadoras, passou a absorver uma demanda de trabalhadores que não conseguem se inserir nas vagas das universidades públicas e IES privadas presenciais.

A partir de 2007, durante o segundo mandato do governo Lula, observa-se novas configurações da expansão e mercantilização do ensino superior, dentre estas registra-se: criação de redes de empresas por meio da compra e fusão de IES privadas do país (grandes empresas nacionais e internacionais) e abertura de capitais nas bolsas de valores, favorecendo, assim, a formação de oligopólios (CHAVES, 2010). No tocante a esse processo de fusão e formação de oligopólios, as grandes empresas educacionais que monopolizam a oferta do ensino superior são: Anhanguera Educacional S.A (sede em São Paulo); Estácio Participações (sede no Rio de Janeiro); Kroton Educacional (sede em Minas Gerais) e o Sistema COC de Educação e Comunicação-SEB S.A (com sede em São Paulo). O capital destas empresas educacionais provém de grupos estrangeiros e de bancos de investimento norte-americanos.¹²

De acordo com Chaves (2010), um fator importante para a expansão destas empresas educacionais é a abertura de capital na bolsa de valores que vai determinar a valorização do capital necessário para adquirir e ampliar os imóveis e equipamentos, possibilitando assim, baixar o preço das mensalidades no mercado.

A matéria intitulada “Cartel na Educação”, publicada no Jornal Brasil de Fato, em maio de 2013, relata a fusão dos grupos educacionais Kroton¹³ e Anhanguera¹⁴, que juntas “[...] serão a maior companhia

12 Sobre essa questão, sugerimos a leitura do artigo intitulado “Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios” de Chaves (2010).

13 No setor de educação há mais de 40 anos, o Grupo Kroton atua em diferentes Estados. Algumas de suas marcas mais conhecidas são: Faculdade Pitágoras e a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), especializada em ensino a distância (BENVENUTI, 2013, p. 5).

14 A Anhanguera Educacional é mais presente nos Estados do Sul e São Paulo. Em 2011 a empresa comprou a Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAn) por R\$ 510 milhões. (BENVENUTI, 2013, p. 5).

do mundo no setor de educação”, representando um total de “[...] 800 unidades de ensino superior e 810 escolas em todos os estados” do Brasil. Ainda segundo o referido jornal, esta fusão entre Kroton e Anhanguera atingirá cerca de 15% dos alunos matriculados no ensino superior privado do país, especialmente na modalidade de ensino a distância. A matéria ainda apresenta que, das 2.365 Instituições de Ensino Superior no país, 2.081 são particulares e apenas 284 são públicas. Essa expansão e mercantilização do ensino vêm sendo impulsionada, segundo os especialistas, pela implantação dos Programas, como PROUNI e FIES. (BENVENUTI, 2013).

Esses desdobramentos da “formação de cartel por grupos privados” na área educacional intensifica o processo de mercantilização da educação, no Brasil, no qual se observa: a ineficácia das políticas públicas de educação; a precarização do ensino; aceleração na produção do conhecimento científico (produtivismo acadêmico); intensificação das condições precárias de trabalho para o exercício da docência e a flexibilização dos contratos de trabalhos (exemplo: processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos). Esses aspectos favorecem a abertura de espaços à especulação do capital financeiro internacional, que visa apenas o aumento dos lucros. O que está em jogo é o desenvolvimento de políticas educacionais que assegurem a qualificação técnica e polivalente do trabalhador, em conformidade com as exigências do mercado global e a acumulação do capital.

Diante do exposto, destaca-se que a Kroton¹⁵, entre o período de 2013 a 2014, se constituiu na maior empresa educacional do mundo, pois concentra 130 campi de educação presencial em 19 estados brasileiros, atingindo assim, mais de um milhão de alunos e faturamento previsto de R\$4,7 bilhões em 2014. Este “gigante da educação privada” corresponde a 12% do mercado brasileiro, mas pretende, em 2015, atingir um crescimento de 10% na educação superior (presencial e a distância) e também um aumento de 10% na educação básica. É importante frisar que a empresa educacional Kroton tem relação direta com os programas governamentais FIES, PROUNI e PRONATEC e isso é acrescido na margem de lucratividade¹⁶ desta.

15 Após a fusão com Anhanguera, em 2013, a capitalização das ações da Kroton na bolsa de valores fechou em 24,98 bilhões. Superando assim, a norte-americana *Graham Holdings*. (FUSÃO, 2014).

16 Segundo informações da matéria “O gigante da educação privada é brasileiro”, 59,3%

Dessa forma, infere-se que a relação dessas empresas educacionais com o Estado brasileiro é favorecida pela legislação brasileira na oferta dos serviços educacionais. Isso resulta em valorização do capital destes “gigantes da educação” em detrimento da extinção de IES privadas de menor porte (localizadas preferencialmente nos municípios dos Estados brasileiros) e, principalmente, do sucateamento das IES públicas federais.

Para alguns pesquisadores (PEREIRA, 2007; LIMA, 2013 e CHAVES, 2010) as novas configurações do ensino superior brasileiro estão alicerçadas nos seguintes aspectos: na desnacionalização da educação, no estabelecimento de leis que favorecem a entrada do capital privado especulativo, na formação de oligopólios das empresas educacionais, nas condicionalidades impostas pelos organismos internacionais, na substituição das faculdades integradas por centros universitários, centros de educação tecnológicos e faculdades tecnológicas. Além do sucateamento das IES públicas federais, na desvalorização do trabalho docente e na lógica de qualificação da força de trabalho para atender as necessidades de manutenção da acumulação do capital financeiro internacional.

Considerações Finais

A Política Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, em seu artigo 2º, estabelece as seguintes diretrizes: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humanística, científica e tecnológica do país; estabelecimento de meta para aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; valorização dos profissionais da educação; e, difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

A meta nº 11 da PNE/2014-2024, visa aumentar em 50% o número de matrículas nas instituições públicas de educação profissional técnica de nível médio. Em relação a meta nº 12, pretende-se elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33%, da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, nas IES públicas e 60% dessas matrículas serão destinadas para as IES

dos alunos e 40% do faturamento são provenientes dos programas governamentais. (MORINI, 2014).

privadas.

Com base no exposto, se observa que a PNE¹⁷ vigente cumpre as exigências dos organismos internacionais, reafirmando a abertura para investimentos do capital privado e transferindo para os indivíduos a responsabilidade pela busca por serviços de educação ofertados pelo mercado, principalmente, a formação técnico-profissionalizante e superior.

Em oposição a esta lógica mercantilista da política de educação estão as entidades representativas dos trabalhadores e estudantes. O ANDES (2013), sindicato nacional que representa os docentes, destaca que o Encontro Nacional de Educação, realizado entre os dias 8 e 10 de agosto de 2014, no Rio de Janeiro, reuniu movimentos sociais, estudantis e a classe trabalhadora, com o objetivo de defender o financiamento da educação pública, a democratização da educação, acesso e permanência, passe livre e transporte público. Além da realização de um Ato em Defesa da Educação Pública e contra a privatização/mercantilização da educação das creches à pós-graduação, a precarização das atividades dos trabalhadores da educação e ao modelo de avaliação meritocrática na educação.

Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento histórico das forças produtivas, das relações de trabalho e da reestruturação do Estado, definiu novas configurações para a educação no Brasil, onde a ciência e a tecnologia ocuparam lugar de destaque no mercado de trabalho. Vale ressaltar que o sistema educacional é um dos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho, através da regulamentação de leis que interferem na realidade social dos países subdesenvolvidos, dentre estes o Brasil.

Portanto, as novas configurações do modo de produção capitalista, em seu estágio financeiro, refletem o investimento das empresas educacionais privadas com técnicas e tecnologias que facilitam e aligeiram a qualificação da força de trabalho, correspondendo assim, as estratégias de acumulação do capital.

A mercantilização da política de educação brasileira legitima uma lógica de consumo dos serviços educacionais privados que utiliza o discurso da qualidade, facilidade e praticidade na oferta dos cursos tecnológicos e superiores. Assim, os serviços ofertados no ensino su-

17 No mês de junho, foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, o Plano Nacional da Educação para o decênio 2014-2024. (BRASIL, 2014).

terior, em sua maioria privados, são voltados para uma formação profissional imediatista e tecnicista em curto prazo e que contribui para a desregulamentação dos padrões salariais e gera uma mão de obra qualificada que irá compor o exército industrial de reserva.

REFERÊNCIAS

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Proposta do Andes-SN para universidade brasileiro. **CADERNOS Andes**, n. 2, 4. ed. Brasília-DF: ANDES, 2013. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf>> Acesso em: 8 jan. 2015.

BENVENUTI, Patrícia. Fusão entre os grupos educacionais Kroton e Anhanguera evidencia avanço de grupos estrangeiros sobre faculdades particulares. **Brasil de Fato**, 6 maio 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/12821/>> Acesso em: 7 maio 2016.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. **Temporalis**, Brasília-DF, v.1, n. 1, p. 81-98, 2000.

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. **Plano Nacional da Educação 2014-2024**: Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série legislação; n. 125). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 7 maio 2016.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v.4. n. 3, supl. 1, p. 1-8,

1999. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/issue/view/100>> Acesso em: 28 jan. 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>> Acesso em: 9 fev.2015.

FATTORELLI, Maria Lúcia. Orçamento federal de 2013: 42% vai para a dívida pública. Entrevista especial com Maria Lúcia Fattorelli. **Instituto Humanitas Unisinos**, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513556-orcamento-federal-de-2013-42-vai-para-a-divida-publica-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>> Acesso em: 28 jun. 2014.

FIES. Programa de Financiamento Estudantil. **O que é o Fies**. [2016]. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>> Acesso em: 7 maio 2016.

FUSÃO faz a Koton ser a 17ª maior empresa da Bolsa. **Portal Terra**, 4 jul. 2014. Disponível em: <<https://economia.terra.com.br/fusao-faz-kroton-ser-a-17-maior-empresa-da-bolsa,8cec15cbbb207410VgnV-CM10000098cceboaRCRD.html>> Acesso em: 13 nov. 2014.

GADOTTI, Moacir. Educação brasileira contemporânea: desafios do ensino básico. **Centro de Referência Paulo Freire**. 1997. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3393/FPF_PTPF_01_0416.pdf> Acesso em: 15 jan. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Reforma do ensino superior e Serviço Social**. Temporalis, Brasília-DF, **Temporalis**, Brasília-DF, v.1, n. 1, p. 99-112, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer;

ALMEIDA, Ney Luís Teixeira de. (Orgs.). **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tomo 2 (Prefácios e Capítulos XIII a XXV). São Paulo: Nova Cultura Ltda. 1996. V. II. Livro segundo.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico: dados da educação superior 2008: dados preliminares**. Brasília-DF: INEP, 2009. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf> Acesso em: 27 jan. 2015.

_____; _____. **Censo da educação superior 2013**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf> Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. Fundação Capes. **O que é a UAB**. [2016]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7836>> Acesso em: 7 maio 2016.

MORINI, Thiago Ferrer. O gigante da educação privada é brasileiro. **El País**, 8 nov. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/07/economia/1415359570_013012.html> Acesso em: 7 maio 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PROUNI. Programa Universidade para Todos. **O que é o Prouni**. [2017].

Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>> Acesso em: 7 maio 2016.

REUNI. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **O que é o Reuni.** [2016]. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>> Acesso em: 7 maio 2016.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90.** Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2002.